

A RELAÇÃO MUSEU/ESCOLA E AS POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DE UM MUSEU DE ARTES

Rossano Antenuzzi de Almeida¹
Laélia Portela Moreira²

THE MUSEUM / SCHOOL RELATIONSHIP AND THE EDUCATIONAL POTENTIAL OF A MUSEUM OF ARTS

Resumo

O artigo trata da relação museu-escola, focaliza as práticas pedagógicas de professores de artes visuais do Ensino Médio do Rio de Janeiro e como tem se desenvolvido o ensino dessa disciplina em escolas das redes pública e privada, no que se refere ao intercâmbio com os espaços museológicos. A pesquisa realizada foi do tipo qualitativo e incluiu análise da legislação pertinente, de documentos relativos à seção educativa de um museu de artes e entrevistas com professores de artes visuais dessa cidade. Inicialmente, apresenta-se a análise da legislação e políticas para o ensino da arte. Na sequência, discute-se o museu como espaço educativo em suas relações com a escola. Na última seção, apresentam-se os resultados das entrevistas realizadas com 15 professores de artes visuais do Ensino Médio e, finalmente, as conclusões e recomendações.

Palavras chave: Ensino da Arte. Relação Museu-Escola. Museu Nacional de Belas Artes.

Abstract

This paper is about the development of teaching practices in public and private secondary schools in Rio de Janeiro with respect to the interchange with museum-based spaces. The research was qualitative and included the analysis of relevant legislation, and interviews with teachers. Initially, we present the research problem and review the literature. The second part presents an analysis of the legislation and policy on Art teaching, focusing on the Art-Educators movement and the Minimum Curriculum for the Teaching of Art in Rio de Janeiro. In the last part, we present the results of interviews with 15 teachers, followed by conclusions and recommendations.

Keywords: Art Teaching; Museum-School Interchange; National Museum of Fine Arts.

¹ Mestre em Educação – PPGE/Unesa

Técnico do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e Integrante da Seção Educativa do Museu Nacional de Belas Artes/RJ. Professor de Arte do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: antenuzzi2012@gmail.com.

² Doutora em Educação (UFRJ)

Professora e pesquisadora do PPGE/Unesa

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão e Formação de Educadores. E-mail: moreira.laelia@gmail.com

Introdução

As políticas educacionais contemporâneas para o ensino em geral e, para o ensino escolar da arte, em especial, vêm buscando ressignificar as práticas pedagógicas e dinamizar a interlocução das escolas e dos professores com as instituições não escolares, com o objetivo de proporcionar aos seus estudantes vivências educativas exploratórias em espaços como centros culturais e museus, nas suas diversas tipologias, envolvendo arte, história e ciência.

Diversos autores apontam as inúmeras possibilidades para o campo educacional não formal de ensino, as quais, em articulação com a educação escolar, podem contribuir para otimizar o processo ensino-aprendizagem. Para Alves (2006), a educação ocorre em diversos contextos informais como nos museus, nas praças e no supermercado, dentre outros espaços. Esses diversos contextos facultam uma aprendizagem prática, ampliando as capacidades e o desenvolvimento de uma série de valores.

Com o passar do tempo, as escolas vêm buscando ampliar as oportunidades de aprendizagem, apoiando atividades educativas extracurriculares, dentre estas as visitas a museus, que não só enriquecem as experiências educativas, como também ampliam a diversidade de estímulos aos estudantes. Por outro lado, os museus vêm expandindo seu campo de ação para além da tradicional prática de guardar, pesquisar e expor seus acervos, estruturando ações educativas de recepção do público escolar, visando não só ampliar, mas formar novos públicos, tendo em vista que os resultados da educação derivam não somente da acumulação, mas também da interação de experiências, que ocorrem em ambientes diversificados. Nesse sentido, a articulação entre espaços formais e não formais de educação se revela como importante instrumento de construção do saber, visto que o que se aprende em determinado espaço pode ser reforçado em outro. Para cumprir sua função social de agência de caráter educativo, e como protagonista do seu tempo, o museu, como afirma Franz (2001), deve desenvolver ações em aliança com a escola. Segundo Ornelas (2008, p.1), a relação entre a escola e o museu é “[...] determinante na abertura dos horizontes culturais das crianças e adolescentes e, conseqüentemente, na promoção do sucesso escolar.”

A presença de professores de artes visuais em museus de arte não é um fato recente. Essas práticas começaram a ocorrer nos museus europeus, a partir do século XIX, com a criação dos serviços educativos. No Brasil, teve início na década de 1940. No entanto, é a partir dos anos de 1980, com a reorganização dos arte-educadores que, segundo Oltramari (2009), essa frequência aos museus foi dinamizada, de forma a qualificar as práticas pedagógicas, tanto formais quanto informais. Nessa década, a reorganização política dos professores e, em especial, dos professores de arte, favoreceu a ampliação das discussões por

todo o país sobre o aprimoramento e a valorização do ensino da arte, que tinha como paradigma, naquele momento, a não utilização de imagens nas salas de aula, a pretexto da não interferência na produção da prática criativa dos estudantes.

Na década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), o ensino da arte passou a fazer parte obrigatória do currículo e, na sequência, foram instituídos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Arte - para todas as linguagens artísticas.

No Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) publicou, em 2012³, o Currículo Mínimo (CM) para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano e para a 2ª série do ensino médio, que apresenta a área Arte e os quatro eixos conceituais a ela referidos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) estabelecem para o ensino da arte, no artigo 9º, o objetivo de promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, resguardando as especificidades locais. (BRASIL, 2012).

A cidade do Rio de Janeiro concentra o maior contingente de museus de artes e Centros Culturais de todo o País, tanto federais e municipais quanto privados. Dentre esses museus e espaços de artes, destaca-se o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA). Criado em 1937, a formação do seu acervo teve início com as primeiras telas vindas com o príncipe regente D. João, em 1808, e com a coleção de quadros trazida pelo chefe da missão francesa, Joaquim Lebreton, em 1816. O reconhecimento da relevância do MNBA e de seu acervo artístico e essa nova tendência da educação museológica motivou a pesquisa cujos resultados são apresentados neste texto.

Trata-se de uma investigação qualitativa, que incluiu análise da legislação pertinente, de documentos relativos à seção educativa do MNBA e entrevistas com 15 professores do Ensino Médio de escolas das redes pública e privada do Rio de Janeiro.

Inicialmente, apresenta-se a análise da legislação e políticas para o ensino da Arte. Na sequência, discute-se o museu como espaço educativo nas suas relações com a escola. Na última seção, apresentam-se os resultados das entrevistas realizadas com os professores e, finalmente, as conclusões e recomendações.

Legislação, Políticas e Relação Museu/Escola

³ Com revisão e reedição em 2013.

Para situar historicamente e facilitar a compreensão das novas orientações políticas para o ensino da arte no ensino médio, a partir da promulgação da LDB 9.394/96, uma breve revisão da legislação aplicável faz-se necessária.

Nos anos 1970, foi instituída, por decreto, a Lei 5.692/71(LDB 5692/71), que reformou o ensino de 1º e 2º graus (atualmente ensinos Fundamental e Médio). Essa Lei determinava, no Artigo 1º, que “O ensino de 1º e 2º graus tinha por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento das suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. O ensino da Arte foi incluído com a denominação de Educação Artística, no artigo 7º, para ser ministrado, obrigatoriamente, nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus. (BRASIL,1971).

Mas, o que de fato ocorria nas salas de aulas? Segundo Azevedo (2012, p.84), “[...] a Arte não era pensada nem como conhecimento nem como cultura e, sim, como mera atividade que não exigia esforço intelectual [...]”. Nas escolas das décadas de 1970, segundo podemos ler nos PCN, Artes para o Ensino Médio (BRASIL, 1999, p.47),

a arte passou a ser entendida como mera proposição de atividades artísticas, muitas vezes desconectadas de um projeto coletivo de educação escolar e os professores deveriam atender a todas as linguagens artísticas (mesmo aquelas para as quais não se formaram) com um sentido de prática polivalente, descuidando-se de sua capacitação e aprimoramento profissional.

O professor de Educação Artística era bastante requisitado para atuar na decoração da escola para festas cívicas e outros tipos de comemorações, sendo bastante desprestigiado aos olhos dos professores de disciplinas consideradas mais importantes, como Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia, dentre outras.

A instituição do ensino da Arte pela Lei nº 5.692/71 representou, naquele momento, um avanço para a Educação Artística. Entretanto, gerou um problema, pois não havia professores habilitados para trabalhar com as diversas linguagens artísticas previstas. Segundo Marostega (2006, p. 52),

De maneira geral, entre os anos 70 e 80, os antigos professores de Artes Plásticas, Desenho, Música, Artes Industriais, Artes Cênicas e os recém-formados em Educação Artística viram-se responsabilizados por educar os alunos (em escolas de ensino fundamental) em todas as linguagens artísticas, configurando-se a formação do professor polivalente em Arte.

O cenário anteriormente delineado vai começar a se transformar com a redemocratização do País, a partir da década de 1980, quando tem início um movimento pela ressignificação do modelo de Educação Artística vigente, cristalizado nas escolas. Nessa

mesma década, encontros, congressos e seminários aconteceram no país e deram início a um movimento de rearticulação política e conceitual do ensino da arte, caracterizado pela ênfase na inclusão da imagem.

Essa nova concepção de arte-educação, introduzida por Ana Mae Barbosa, denominada, inicialmente, “Metodologia Triangular”, e posteriormente rebatizada pela própria autora como “Proposta Triangular”, buscava desconstruir o paradigma do ensino da arte como expressão das emoções, somente. A intenção da autora era elevar a Educação Artística ao patamar de área de conhecimento, por meio de uma proposta básica, prática e objetiva que conjugasse a leitura da obra com a contextualização e o fazer, não necessariamente nessa ordem.

Na década de 1990, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, e, posteriormente, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos quais a disciplina está inserida na área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Os PCNs específicos de Arte abrangem as seguintes linguagens artísticas: artes visuais, dança, teatro e música.

Ainda como políticas de abrangência macro, foram instituídas, em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEMs), cujo objetivo é orientar o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino.

No Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) publicou, em 2012, e republicou em 2013, o Currículo Mínimo, segundo o qual a presença da disciplina Arte faculta trabalhar não só a sensibilidade, mas também a percepção sensorial, a curiosidade, a fruição, a experimentação, a imaginação, a capacidade de argumentar, refletir, criticar e confrontar ideias, bem como de abrir mão do individual em prol do coletivo. Ainda segundo o documento, a arte possibilita a ampliação do universo do aluno e do olhar sobre o universo (RIO DE JANEIRO, 2013).

O programa de artes visuais para o Ensino Médio tem como tema principal – “Arte, Cultura e Sociedade” e é subdividido em quatro eixos temáticos: “Artista, Sociedade e Cotidiano”, “Movimento pós-modernista”, “Arte Tecnologia e Novas Mídias” e “Cinema como Arte”, a serem trabalhados a cada bimestre.

Os museus de artes são espaços na sua maioria públicos, mantidos pelo erário, dos quais todas as camadas sociais devem poder usufruir. No caso do museu de artes, essa aquisição de conhecimentos e experiências vai se dar no campo da pintura, da escultura, da gravura e do desenho, dentre outros. Parte da História da Arte exposta nos acervos

museológicos instiga a busca de novas formas de pesquisas e/ou de visitas a outros acervos artísticos, por parte do público escolar e em geral.

Para Barbosa (1998, p. 19):

Os museus são lugares para a educação concreta sobre a herança cultural que deveria pertencer a todos, não somente a uma classe econômica e social privilegiada. Os museus são lugares ideais para o contato com padrões de avaliação da arte através da sua história, que prepara um consumidor de arte crítico não só para a arte de ontem e de hoje, mas também para as manifestações artísticas do futuro.

Essa familiaridade que vai se estabelecendo com espaços culturais e obras de arte é facilitada inicialmente pela família. A escola, entretanto, tem importante papel a cumprir nessa mediação entre os estudantes e a cultura, especialmente quando trabalha com contextos familiares em que a prática de visitar museus, frequentar cinemas e teatros não é usual. Para Bourdieu (2012, p.61):

Com efeito, somente uma instituição cuja função específica fosse transmitir ao maior número possível de pessoas, pelo aprendizado e pelo exercício, as atitudes e as aptidões que fazem o homem “culto”, poderia compensar (pelo menos parcialmente) as desvantagens daqueles que não encontram em seu meio familiar a incitação à prática cultural.

O autor nos diz que os museus de artes estão abertos para as pessoas visitarem e se apropriarem daquele capital cultural; contudo, “[...] quem não recebeu da família ou da escola os instrumentos, que somente a familiaridade pode proporcionar, [...] termina no simples reconhecimento do objeto apresentado” (BOURDIEU; DARBEL, 2007, p.79). Assim, ao visitarem um museu de artes, dificilmente os estudantes poderão realizar uma leitura crítica do objeto cultural em exposição sem a mediação dos professores. A escola, segundo Barbosa (2007, p. 33), “[...] seria o lugar em que se poderia exercer o princípio democrático de acesso à informação e formação estética de todas as classes sociais, propiciando-se, na multiculturalidade brasileira, uma aproximação de códigos culturais de diferentes grupos”. Assim, a escola continua a ser o espaço responsável por transmitir o conhecimento acumulado ao longo do processo histórico para que os estudantes, ao chegarem a espaços culturais como museus de artes, tenham condições de decodificar os objetos culturais em exposição.

O Museu Nacional de Belas Artes vem realizando ações educativas de recepção de estudantes praticamente desde a data da sua criação. As primeiras ações, ainda que realizadas de maneira informal, ocorreram em 1940, e desde então essa prática tem sido constante, embora com intensidades variadas, ao longo das décadas. A análise dos anuários disponíveis relativos ao período 1937-1958 mostrou que o MNBA ofereceu, nessa fase, ações educativas a escolares e público em geral. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, este esforço arrefeceu e

quase não se encontram registros de ações educativas do tipo mencionado, tendo sido retomadas, com grande fôlego, na década de 1980, a partir da gestão do arte-educador Alcídio Mafra de Souza (1981-1990). Atualmente, a seção educativa do MNBA tem dentre seus objetivos, o de socializar o conhecimento do patrimônio cultural e democratizar o acesso a esses bens culturais. Nesse sentido, com o objetivo de proporcionar um serviço educativo que possa enriquecer práticas pedagógicas relacionadas ao ensino da arte no que se refere especificamente ao Ensino Médio, buscou-se, junto a um grupo de professores dessa disciplina, informações julgadas relevantes para servirem de subsídio para a seção educativa do MNBA.

O Ensino da Arte Segundo os Professores do Ensino Médio do Rio de Janeiro

As entrevistas foram realizadas com 14 professores de artes visuais do Ensino Médio regular da rede pública e com uma professora da rede particular, perfazendo um total de 15 entrevistados. Inicialmente, buscou-se contato com as escolas da rede estadual mas, devido ao excesso de burocracia por parte dessas instituições, fez-se a opção por contatar os professores através do Facebook. Participaram da pesquisa professores de artes visuais que atuam no Ensino Médio. Essa seleção tornou-se necessária, em razão de ainda existirem escolas estaduais no Rio de Janeiro que trabalham com ensino fundamental.

A seleção do grupo de entrevistados ocorreu após um primeiro contato em que foram fornecidas informações sobre os objetivos da pesquisa. Mediante a aceitação do convite por parte de um grupo, enviamos 20 vinte roteiros, dos quais obtivemos 13 devoluções. Dos docentes que aceitaram participar da investigação, duas professoras manifestaram preferência por serem entrevistadas presencialmente. As escolas onde esses profissionais atuam localizam-se na Zona Oeste, Zona Norte, no Centro e na Baixada Fluminense.

As entrevistas possibilitaram conhecer a formação acadêmica dos professores, seu tempo de atuação profissional, sua busca por formação, a participação em atividades culturais e a forma como avaliam sua prática em relação às propostas oficiais e, ainda, às oportunidades oferecidas pelos museus do Rio de Janeiro, dentre os quais o MNBA.

Caracterização e formação acadêmica dos professores entrevistados

O primeiro bloco de questões buscou informações que possibilitassem caracterizar os professores e levantar as informações relativas às escolas onde atuam e sobre a sua formação acadêmica. Ainda nesse primeiro bloco, procurou-se saber se a formação acadêmica desses professores incluiu aula de didática do ensino da arte e se a visita a museus fazia parte do currículo da instituição em que estudaram, se participam ou participaram de cursos de atualização, e se, dentre as atividades de preparação docente, incluiu-se a procura pelos serviços educativos dos museus de artes.

Do total de entrevistados, sete professores lecionam na Baixada Fluminense⁴; seis na Zona Oeste⁵, um trabalha na área central do município do Rio de Janeiro, e outro na Zona Norte, no bairro de Maria da Graça.

Com relação aos espaços de formação acadêmica dos entrevistados, dez entrevistados estudaram em instituições públicas e cinco em instituições privadas. Quanto ao nível de especialização, constatou-se que a maioria cursou especialização no ensino de artes. Note-se que essa formação é oferecida basicamente pela rede particular de ensino, em cursos presenciais, com encontros quinzenais ou a distância, a exemplo do curso oferecido pela Universidade de Brasília (UnB). Cabe esclarecer que, nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas localizadas no Município e no Estado do Rio de Janeiro, não existem, em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, linhas de pesquisa relacionadas ao ensino da Arte.

Quanto à inclusão da disciplina Didática do Ensino da Arte em seus cursos de formação, 12, dos 15 entrevistados, responderam afirmativamente.

Considerando a importância, na formação acadêmica em artes visuais, de visitas a museus de artes, indagou-se se essas visitas fizeram parte da formação dos entrevistados. 13 responderam que sim, dois que não. Um professor de artes relatou que durante sua formação, foi incentivado a visitar museus, mas estranhava que muitos colegas de curso jamais tivessem visitado um museu ou galeria de artes e questionava a opção profissional desses professores, visto que museus não faziam parte de sua vida ou de seus interesses.

Outra indagação, relacionada ainda à formação acadêmica, era se esses professores cursaram disciplinas que tratassem de questões relativas ao Patrimônio Cultural e/ ou museus de artes. 11 professores responderam não e quatro professores responderam sim. Dos 11 professores que responderam negativamente, três informaram que o assunto foi recorrente ao longo do curso, mas que não havia uma disciplina específica voltada para a questão. Os oito

⁴ Nos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé, Mesquita e Belford Roxo.

⁵ Nos seguintes bairros: Barra da Tijuca, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz.

professores restantes responderam que não cursaram disciplina alguma que abordasse essa questão.

Apenas quatro entrevistados discutiram regularmente, em seus cursos, questões relativas ao Patrimônio Cultural. Tais achados reforçaram a ideia de que, na formação desses profissionais, temas como patrimônio cultural, memória, preservação, conservação, acervos museológicos e museus de artes não estão sendo regularmente discutidos.

As respostas à indagação sobre a procura, por parte dos professores, de serviços educativos dos museus de artes, revelou que a maioria o faz apenas para obter materiais impressos para serem utilizados em sala de aula.

Ensino de Artes Visuais, PCN e Currículo Mínimo

O segundo eixo da pesquisa, que tratou do ensino da Arte, buscou saber se o professor promovia visitas aos museus de artes e/ ou centros culturais e se os dirigentes das escolas apoiavam as saídas dos professores, com as turmas, para visitas a essas instituições. Também interessava saber se o professor de artes desenvolvia algum projeto interdisciplinar e, em caso afirmativo, com quais disciplinas e de que maneira. Ainda nesse bloco, indagou-se se, ao planejar suas aulas, os professores tomavam como referência o PCN-Arte Ensino Médio ou o Currículo Mínimo e com qual abordagem pedagógica trabalhavam.

Quanto à promoção de visitas a museus de artes, dos 15 entrevistados, 13 responderam que promovem visitas a museus e centros culturais, quando a escola disponibiliza verba para o transporte; dois declararam que promovem visitas, independentemente de a escola disponibilizar verbas; uma professora declarou que apenas recomenda em sala de aula que sejam feitas visitas a museus, caracteriza os espaços culturais e fala sobre o que está sendo exposto.

Vale destacar o depoimento de duas professoras que foram entrevistadas presencialmente. A primeira sublinhou a ausência, no MNBA, de uma área de apoio ao professor, diferentemente do que acontece em outros espaços, como, por exemplo, o Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB). Argumentou, ainda, que o ambiente do MNBA é inadequado para receber os jovens, que se sentem tolhidos nesse local. A segunda professora declarou que o programa do CM do Estado, para o Ensino Médio, aborda a arte contemporânea e que uma visita ao MNBA não possibilitaria cumprir as indicações desses conteúdos. Indagada se era do seu conhecimento que o museu abriga um segmento de arte

contemporânea, com mais de 50 obras de artes em exposição, afirmou que, por serem poucas obras, não valeria a pena o deslocamento até o MNBA.

Nesse ponto, cabe a sugestão da programação de visitas específicas à Galeria de Arte Brasileira do século XX, do MNBA, com a finalidade de mostrar as possibilidades pedagógicas do trabalho com esse segmento.

Procurou-se, também, saber se os professores de artes desenvolviam projetos interdisciplinares, tendo em vista que os PCNs-Artes e as DCNEMs enfatizam essa abordagem. 13 professores trabalharam, em algum momento, de maneira interdisciplinar com Língua Portuguesa, História, Sociologia e Educação Física, dentre outras disciplinas. Entretanto, o pouco tempo que os professores de Arte permanecem em cada escola, visto que para completarem a carga horária prevista precisam trabalhar em várias escolas durante a semana, impede trabalhos conjuntos mais constantes.

Sobre a utilização dos PCN no planejamento das aulas, 13 responderam afirmativamente. Entretanto, a leitura das entrevistas permitiu constatar a falta de familiaridade dos professores com esse documento, e suspeitar que muitos deles não tiveram contato com esse material durante sua formação acadêmica. Dentre os professores que afirmam não utilizar os PCNs como referência, encontra-se uma professora da rede privada, que elabora o seu próprio programa, com os conteúdos que considera mais adequados ao perfil dos seus alunos. Desse conjunto, um dos docentes afirmou que vai além do que recomenda o documento, articulando o conteúdo proposto com o das provas do Enem.

Quanto ao cumprimento das recomendações do CM de artes visuais relativo ao segundo ano do Ensino Médio, oito declararam cumpri-lo conforme ele se apresenta, quatro disseram que não cumprem e dois disseram fazê-lo, mas com adaptações. Desse grupo, um dos professores considera o documento de difícil aplicação, por trazer em seu bojo a proposta de que o professor atue de forma polivalente, tarefa que considera impossível, tanto do ponto de vista prático quanto formativo.

Também faz parte do grupo que não utiliza os PCNs como referência, uma professora que, além de considerar o documento confuso, concebe-o como inadequado para a realidade de seus estudantes, a maioria negros e de baixa renda. Em sua opinião, o CM adota uma visão eurocêntrica das artes visuais e não valoriza a arte brasileira, em especial a produção dos artistas afro-brasileiros; daí a sua opção por trabalhar com a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas. Os quatro entrevistados que não seguem as determinações da SEEDUC afirmaram que estruturam um currículo que entendem ser interessante para os alunos do Ensino Médio. Argumentaram, também, que não

se sentem confortáveis em trabalhar com o programa de arte contemporânea, assunto que não teria sido devidamente tratado durante a sua formação acadêmica, razão pela qual preferem trabalhar com a arte figurativa, acadêmica e europeia, temas sobre os quais existe abundante material didático.

Quanto à história da arte brasileira, verificou-se que esta temática não está no rol dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Os entrevistados alegam insuficiência de material imagético adequado para as escolas.

Com relação à abordagem pedagógica: 14 professores declararam trabalhar com a Proposta Triangular e um único professor declarou ser favorável à utilização da abordagem da Cultura Visual, de autoria de Fernando Hernandez.

A Proposta Triangular está presente nos PCNs Artes para ser abordada em todas as linguagens artísticas, como a dança, a música, o teatro e as artes visuais. Também no CM prescreve-se que as linguagens artísticas deverão seguir essa proposta, como abordagem pedagógica. Entretanto, os professores, em geral, declararam que apenas tomam algum aspecto da Proposta Triangular, e trabalham em sala de aula juntamente com outros modelos, que não enunciaram. Um dos professores disse trabalhar com várias propostas combinadas, uma vez que não acredita em apenas um modelo.

Potencialidades Pedagógicas dos Museus

Nessa parte da pesquisa, procurou-se saber quais as contribuições dos museus de artes para as práticas pedagógicas dos professores entrevistados. Em síntese, os resultados foram os seguintes: dos 15 professores entrevistados, cinco professores declararam que o encontro dos alunos com as obras de artes, nos museus, ampliaria o repertório cultural, ao possibilitar a experiência estética de estar diante de uma pintura e/ ou escultura original. Outros quatro também apontaram que a ida dos estudantes ao museu amenizaria a distância que existe entre o museu e os seus acervos artísticos e a escola, e que atividades no museu contribuiriam para tornar mais estimulantes as aulas de artes visuais, em razão do contato direto com as obras de artes.

Os outros seis professores declararam que a ida ao museu contribuiria para dar maior importância às aulas de artes visuais, uma vez que os alunos entrariam em contato com um universo que não lhes é familiar, e ampliaria a formação cultural dos professores na construção de novos conhecimentos. Esses mesmos professores são da opinião de que o

museu deveria investir mais na formação do professor, oferecendo cursos, encontros e *workshops*.

O quadro seguinte sintetiza a forma como os entrevistados veem os museus e suas potencialidades pedagógicas.

P1- É um lugar onde se pode ter contato com registros de épocas não vividas pelos visitantes.
P2- É um espaço de educação e crescimento do ser humano.
P3- Um mundo novo para os alunos, a ser mais explorado.
P4- Uma possibilidade de encantar-se.
P5- Um lugar de possibilidades didáticas para o ensino da Arte.
P6- Oportunidade de aquisição de cultura por meio das visitas guiadas.
P7- Lugar que reúne diversidade de expressões.
P8- Espaço de riqueza cultural que abrange o passado, o presente e a produção cultural continuada.
P9- Não são espaços pensados para receber os jovens; os centros culturais oferecem mais opções.
P10- São imprescindíveis para se compreender o percurso histórico e artístico de um povo.
P11- Um estudo vivo da história humana, cultural e artística.
P12- Um poderoso instrumento de sensibilização estética.
P13- Um lugar para vivenciar experiências estéticas.
P14- Possibilidade de contato direto com a obra de arte.
P15- É um lugar de memória.

Finda a apresentação da pesquisa com os professores, serão apresentadas as considerações finais.

Considerações Finais e Recomendações

É indiscutível que experiências educativas em museus de arte vêm tornando o ensino das artes visuais bem mais atraente para o público escolar, possibilitando experiências que enriquecem os conteúdos ministrados em sala, os quais, muitas vezes são apresentados de forma descontextualizada por meio da projeção de imagens desgastadas da história da arte universal e brasileira. O contato direto dos estudantes com obras de artes autênticas torna a aprendizagem mais interessante e significativa. Entretanto, um grande desafio está posto, tanto para as seções educativas dos museus de artes, que não podem ficar limitadas ao atendimento de solicitações de visitas guiadas para escolas, quanto para as escolas e professores de artes visuais, cuja atuação pode tornar as visitas a museus experiências formativas significativas.

Com a pesquisa, pode-se perceber que tanto os professores quanto os dirigentes das unidades escolares têm clareza da importância de os alunos visitarem museus de artes e estabelecerem contato direto com as obras em exposição. Entretanto, alguns obstáculos para o êxito da parceria museu/escola se tornaram evidentes a partir dos resultados das entrevistas; algumas por deficiências da seção educativa do museu focalizado na pesquisa, outras relacionadas à formação dos professores, às condições oferecidas pelas escolas e, ainda, às resistências (algumas fundamentadas, outras não) às recomendações, tanto dos PCNs- Artes, quanto do Currículo Mínimo. Destaquem-se, também, as poucas oportunidades de aperfeiçoamento qualificado, em razão de não existirem cursos de pós-graduação *stricto sensu* de ensino da Arte no Rio de Janeiro.

No que se refere às escolas, verifica-se que, teoricamente, existe uma predisposição em promover visitas a museus de artes; porém, o cotidiano escolar aponta para dois problemas: transporte e logística. Acrescente-se, à lista de obstáculos, a parca carga horária destinada à disciplina de Artes, o que impossibilita a dedicação dos professores a uma única escola e, conseqüentemente, a interação com os colegas de outras disciplinas, o que muito contribuiria para qualificar o ensino dessa disciplina.

Não apareceram, nos depoimentos dos professores, preocupações com questões relativas à preservação e conservação do patrimônio cultural, nem com questões relativas ao mundo do trabalho. O universo do museu e suas funções sociais não é um universo familiar aos alunos. Indica-se, então, a estruturação de ações educativas relacionadas à preservação e conservação e à discussão de questões referentes ao patrimônio cultural e à preservação da memória, utilizando-se fotos antigas do bairro, da escola e da cidade como esforço de reconstituição da memória desses locais.

Os PCNs Artes sugerem, nas indicações das competências a serem trabalhadas em artes, a valorização do trabalho dos profissionais e técnicos das linguagens artísticas, dentre outros. Nesse sentido, a escola poderia desenvolver uma pesquisa com os alunos, com o objetivo de identificar as diversas profissões com possibilidade de atuação em um museu de artes, como: historiadores, professores de História, licenciados em Ciências Sociais, antropólogos, sociólogos, pedagogos, professores de Artes, bacharéis em Artes, químicos, físicos, restauradores, marceneiros, administradores e profissionais de recursos humanos, dentre outros.

A análise de alguns depoimentos deixou clara a necessidade de diminuir a distância entre o MNBA, as escolas e os professores, o que pode ser feito a partir da realização de encontros mensais entre o serviço educativo do MNBA e os professores das redes pública e

privada do Município e Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir as possibilidades pedagógicas que o museu oferece. Atividades similares podem ser realizadas para diretores de escolas e orientadores pedagógicos, em parceria com a SEEDUC.

Dentre as críticas relacionadas às visitas a museus de artes (mais especificamente ao MNBA) está a falta de apoio do serviço educativo ao professor, além da carência de imagens e de publicações sobre os artistas do acervo, e ainda de informações sobre a história do prédio, de coleções e cursos para professores. Nessa linha, a Instituição pode disponibilizar imagens impressas, em formato PDF, de obras do acervo, para que os professores possam imprimir e utilizar em sala de aula, tendo em vista que o material imagético referente à produção cultural brasileira é dispendioso e raro.

Sugere-se, ainda, o planejamento, pela seção educativa, de cursos de História da Arte para professores do Ensino Médio, focalizando pinturas e esculturas das Galerias de Arte Brasileira dos séculos XIX, XX e segmento contemporâneo, de visitas para dirigentes escolares e orientadores pedagógicos, além da criação de uma Revista em que relatos de experiências pedagógicas, a partir de visitas guiadas, possam ser socializadas.

As entrevistas revelaram, dentre outros aspectos analisados anteriormente, que a História da Arte no Brasil não foi um tema muito bem explorado durante a formação acadêmica de muitos dos entrevistados. Quanto a isso, propõe-se a estruturação de um curso sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos da Arte brasileira, a partir do seu acervo.

Para finalizar, registra-se a necessidade de ampliar a discussão acerca da relação das escolas com os museus de artes, em especial o segmento do Ensino Médio da Educação Básica, que carece de atenção e pesquisas relevantes sobre essa temática. Assinala-se, ainda, a importância da compreensão de que a aprendizagem também se desenvolve em outros espaços institucionais, para além da escola, e que a articulação e a complementaridade entre educação em espaços formais e não formais de ensino se revestem de importância fundamental. No caso específico do ensino de artes visuais, a interação entre a escola e os museus pode contribuir, cada um na sua especificidade, para uma educação mais ampla, democrática, e uma aprendizagem mais significativa.

Referências

- ALVES, L. F. de M. **Potencial do contributo dos museus de arte para a educação artística.** 2ª semana de artes – 3 a 11 de março de 2006, Viana do Castelo, Portugal. Disponível em <http://areas.fba.ul.pt/imagomundi/docs/2_Semana_das_Artes.pdf>. Acessado em: 8 de dezembro de 2009.
- AZEVEDO, F. A. G de. Abordagem Triangular: bússola para os navegantes destemidos dos mares da Arte/Educação. In: BARBOSA, A. M; CUNHA, F. P. da. (Orgs). **Abordagem Triangular no ensino das artes e culturas visuais.** São Paulo: Cortez, 2012.
- BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos.** São Paulo. Perspectiva. 2007.
- _____. **Tópicos utópicos.** Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOURDIEU, P. DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público.** São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2007.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.** Câmara de Educação Básica Conselho Nacional de Educação, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 5.692,** de 11 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases de 1º e 2º grau. Brasília, 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- FRANZ, T. S. **Educação para a compreensão crítica da arte.** Florianópolis: Insular, 2001.
- MAROSTEGA, S. **Ensino de Artes Visuais e o Currículo no Ensino Médio: um Estudo em Santa Maria/RS,.** 2006. 287 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, RS.
- OLTRAMARI, D. C. **A disciplina de arte na escola pública: a constituição dos sujeitos professores de artes visuais.** 2009. 173p. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ORNELAS, M. S. A. **A escola e o museu: a obra de arte como objecto promotor do sucesso escolar.** In: *Actas do Congresso Ibero-Americano de Educação Artística.* DVD. Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual. 2008. Disponível em <<https://woc.uc.pt/fpce/getFile.do?tipo=2&id=7027>>. Acessado em: 10 de maio de 2012

RIO DE JANEIRO. **Currículo Mínimo:** Arte. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Educação/ Subsecretaria de Gestão de Rede e de Ensino, 2013.